

AVISO N.º 11 - 2020/2021

CONTRATAÇÃO DE ESCOLA

Contratação de Docentes de Grupos de Recrutamento

Grupos de recrutamento previstos no Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de fevereiro

Nos termos dos n.º 4 e 5 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de Junho, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 36/2014 de 22 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 9/2016, de 7 de março, e ainda, Decreto-Lei n.º 28/2017, de 15 de março, Manuel António Azevedo Vitorino, Diretor do Agrupamento de Escolas de Monserrate, torna público que se encontra aberto procedimento concursal a partir de hoje, **por um período de três dias úteis**, para seleção e recrutamento de docente em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto.

1. O horário a concurso, constantes do Quadro I, destinam-se ao suprimento de necessidades temporárias de pessoal docente, para o ano escolar de 2020/2021, tendo como local de trabalho o Agrupamento de Escolas de Monserrate, Avenida do Atlântico, Viana do Castelo.

Quadro I - Horário a concurso

N.º de Horário	Grupo de Recrutamento	Disciplina(s)	N.º de Horas	Duração
67	430 - Economia e Contabilidade	- Direito das Organizações; STC (RVCC); Cidadania e Profissionalidade (EFA); Direção e Turma	14	Temporário

2. O processo de candidatura é aberto através da aplicação informática disponibilizada para o efeito pela Direção-Geral da Administração Escolar através da sua página eletrónica.

3. Requisitos de admissão

3.1. Os previstos no artigo 34º da Lei 35/2014, de 20 de junho e no art.º 22.º do Estatuto da Carreira Docente.

4. Critérios de Seleção

4.1. Em conformidade com o estabelecido n.º 6 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, na sua redação atual, são critérios objetivos de seleção a seguir obrigatoriamente, para os grupos de recrutamento previstos no Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de fevereiro:

- **A graduação profissional** nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, na sua redação em vigor;

ou

- **A Classificação académica** - nos termos do n.º 1, da alínea b) do artigo 11.º do Decreto Lei n.º 132/2012 de 27 de junho, na redação em vigor (se não possuir Qualificação Profissional)

4.2. Os candidatos são ordenados de acordo com o critério da graduação profissional, com base no documento extraído da aplicação SIGRHE, sendo a lista divulgada no local de estilo da escola sede e na página eletrónica do Agrupamento (portal.esmonserrate.org/avisos).

- 4.3. Para efeitos de desempate é utilizado o previsto no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, na redação em vigor.
Em caso de igualdade na graduação, a ordenação dos candidatos respeita a seguinte ordem de preferências:
- Candidatos com classificação profissional mais elevada, nos termos do artigo anterior;
 - Candidatos com maior tempo de serviço docente prestado após a profissionalização;
 - Candidatos com maior tempo de serviço docente prestado antes da profissionalização;
 - Candidatos com maior idade;
 - Candidatos com o número de candidatura mais baixo.
- 4.2. Esgotada a possibilidade de colocação de **docentes profissionalizados**¹, pode o Agrupamento, a título excecional, selecionar docentes com **habilitação própria**², substituindo a graduação profissional pela classificação académica acrescida de 0,5 pontos por cada ano escolar completo, arredondada às milésimas, nos termos da sublínea iii da alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º do do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de Junho, na redação em vigor.
- 4.5. Terminado o procedimento de seleção, a **publicitação** da lista final ordenada do concurso será feita no local de estilo da escola sede e na página do agrupamento.
5. O júri do concurso, a nomear pelo diretor, é composto pelos seguintes elementos:
- Efetivos:**
- Subdiretora;
 - Técnica Superior (Psicóloga);
 - Delegado do Grupo de Recrutamento do horário a concurso.
- Suplentes:**
- Adjunta do Diretor
 - Adjunta do Diretor

6. Exclusão de candidatos

- Para além dos previstos na legislação em vigor, constituem motivos de exclusão liminar:
- o preenchimento dos dados pelos candidatos de forma incompleta, incorrecta e/ou incongruente;
 - A falta de entrega dos comprovativos das informações prestadas no âmbito deste concurso.

Viana do Castelo, 9 de abril de 2021

O Diretor

Manuel António Azevedo Vitorino

¹ Para saber mais sobre a **Qualificação Profissional** para os grupos de recrutamento, consultar a informação disponível em <https://www.dgae.mec.pt/gestrechumanos/pessoal-docente/qualificacoes/habilitacao-profissional/>

² Para saber os cursos que conferem **Habilitação própria** para os grupos de recrutamento, consultar a informação disponível em <https://www.dgae.mec.pt/gestrechumanos/pessoal-docente/qualificacoes/habilitacao-propria/>